



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 19 • 25/06 a 01/07/06 • ISSN1809-6182

Análises

30/06/2006 – Israel ataca Faixa de Gaza..... p.01

Israel lança ataque sobre a Faixa de Gaza objetivando recuperar o soldado israelense capturado no dia 25 de junho. Gilad Shalit foi seqüestrado por membros de grupos islâmicos extremistas em um posto militar nas fronteiras de Gaza, Israel e Egito.

29/06/2006 – Rússia e o gás natural: um importante instrumento de política externap.05

A crise energética entre Rússia e Ucrânia, estabelecida a partir da disputa pelo aumento dos preços do gás natural russo, demonstrou importante tentativa de Moscou de restabelecer sua esfera de influência na região. Tal controvérsia teve conseqüências para os demais países do continente, importadores do produto russo, e evidenciou as possibilidades de barganha da Ucrânia para com o país vizinho.

Resenha

26/06/2006 – A crise em Darfur estende-se ao Chadep.08

A crise humanitária em Darfur, no Sudão, intensifica suas implicações na vizinhança, sobretudo no Chade. Acordos de paz e resoluções do Conselho de Segurança foram incapazes de controlar a crise que já dura três anos. Os dois lados da disputa, governo sudanês e grupos armados de Darfur, mantêm-se resistentes a vários pontos dos acordos assinados.

Israel ataca Faixa de Gaza

Análise
Segurança

Raphael Rezende Esteves
30 de junho de 2006

Israel lança ataque sobre a Faixa de Gaza objetivando recuperar o soldado israelense capturado no dia 25 de junho. Gilad Shalit foi seqüestrado por membros de grupos islâmicos extremistas em um posto militar nas fronteiras de Gaza, Israel e Egito.

Como resposta ao seqüestro do soldado israelense Gilad Shalit, no último dia 25 de junho, Israel lançou, a partir do dia 27, uma ofensiva sobre a Faixa de Gaza. Antes de iniciar sua incursão por terra, aviões israelenses bombardearam três pontes que ligavam o norte e o sul da região. Visando também desestruturar os grupos insurgentes, helicópteros bombardearam uma estação de energia, o que fez com que grande parte do território da Faixa de Gaza ficasse sem energia e água corrente. As tropas israelenses começaram a avançar por dois pontos a leste da cidade de Rafah, no sul de Gaza, sob a cobertura de centenas de tanques. Houve relatos de que o exército teria bombardeado também a Universidade Islâmica, que defende uma posição pró-Hamas, na Cidade de Gaza. Não há relatos de vítimas deste ataque.

O seqüestro do soldado foi resultado de uma operação perpetrada por militantes palestinos membros do Hamas [ver [Hamas](#)], junto com os Comitês de Resistência Populares¹ e o Exército Islâmico². Os militantes teriam se utilizado

de um túnel subterrâneo de 300 metros para atacar o posto militar israelense de Kerem Shalom, entre Israel, Gaza e o Egito. Em decorrência dessa operação, dois palestinos e dois soldados israelenses morreram. Em troca pela libertação do soldado, os seqüestradores demandam que prisioneiros palestinos em prisões israelenses sejam soltos; demanda esta que vem recebendo grande aprovação por parte dos palestinos. Atualmente existem 9000 prisioneiros palestinos em Israel, dentre os quais encontram-se 95 mulheres e 313 homens menores de 18 anos.

Contudo, recentemente, Israel deteve 87 membros da Autoridade Nacional Palestina, alegando que 64 eram membros do Hamas e os outros 23 pertenciam a outras facções radicais. Essas detenções poderiam servir como instrumento de barganha para a liberação do soldado capturado. O negociador palestino, Saeb Erekat, denunciou as detenções por parte de Israel alegando que o “seqüestro” de legisladores e demais membros do governo palestino não aumentaria o poder de barganha de Israel ou traria qualquer benefício para qualquer um na região.

Na noite do dia 28, aviões israelenses sobrevoaram a residência do Presidente sírio, Bashar al-Assad, como forma de pressionar seu governo devido ao fato de ter aceitado o exílio do líder político do Hamas, Khalid Meshaal, supostamente

¹ Organização de percepção islâmica extremista, cujos membros são vinculados ao Fatah, responsável por ataques terroristas na Faixa de Gaza e em Israel.

² Nova milícia integrante dos Comitês de Resistência Populares

responsável por ordenar o seqüestro do soldado israelense.

Na manhã do dia seguinte, foi encontrado o corpo do colono judeu Eliyahu Pinchas Asheri, em Ramallah. Asheri foi seqüestrado no mesmo dia em que ocorreu o ataque ao posto militar, na Cisjordânia, também por membros dos Comitês de Resistência Popular. A condição para que o colono fosse entregue com vida era que Israel interrompesse as operações na Faixa de Gaza, o que não ocorreu.

O atual contexto em Israel é fruto da política recente adotada pelo país que objetiva o combate aos membros de grupos radicais. Em especial, em uma operação mal sucedida do exército israelense, no dia 9 de junho de 2006, 7 civis palestinos foram mortos por um bombardeio numa praia de Gaza. Como consequência, o Hamas interrompeu uma trégua de 16 meses, tendo o Primeiro-ministro palestino, Ismail Haniyeh, declarado que o incidente foi um crime de guerra e pedido a intervenção imediata do Egito e da Jordânia. A milícia Izadin Qassam, braço armado do Hamas, teria retomado o lançamento de mísseis em território israelense que, por sua vez, resultou em uma expressiva resposta da Força Aérea israelense, matando dez palestinos.

Cabe salientar que existem dissensões no interior do Hamas que dividem a organização. Ainda que o Hamas seja responsável por vários atos de violência, existem setores que defendem o estabelecimento de uma trégua com Israel, com vistas a recuperar os fluxos de capitais – cortados quando o Hamas assumiu o governo palestino – e a volta das fronteiras estabelecidas em 1967, que devolveria 22% do território palestino, ocupado atualmente por Israel. Setores mais conservadores, por outro lado, acreditam que os ataques com mísseis lançados ao sul do território israelense podem ser eficientes instrumentos de

pressão para atingirem seus objetivos.

No dia 23 de junho, três crianças palestinas foram mortas em um ataque aéreo, levando a Organização das Nações Unidas a renovar o apelo para que Israel interrompesse ataques dessa natureza. Entretanto, Israel afirmou que continuará com os ataques aéreos enquanto extremistas palestinos continuarem a lançar foguetes em seu território. Em um ataque semelhante, dois civis palestinos morreram e 13 ficaram feridos em um ataque aéreo à Faixa de Gaza, no dia 24. O governo israelense alegou que este ataque visava acertar um carro que supostamente estaria transportando membros da Jihad Islâmica [ver [Jihad Islâmica](#)]. Entretanto o ataque errou o alvo e aumentou para 14 o número de civis palestinos mortos até então.

Harold Saunders, especialista em negociação internacional, identifica alguns aspectos que podem influenciar o estabelecimento de um contexto de negociação, dentre os quais seria interessante salientar dois para a análise do conflito palestino-israelense. Primeiramente, em um ambiente de negociação, cada lado levará em consideração suas expectativas em relação à anuência de uma solução acordada e a disposição em atingir um compromisso por parte do outro. Pode haver uma recusa de um lado em negociar caso este suspeite que o outro lado não esteja levando o processo seriamente. Ainda que o Hamas tenha assinado recentemente um acordo que reconhece implicitamente a existência do Estado de Israel – posição a qual se opunha desde o momento de sua criação –, a partir do momento em que o grupo pratica atos terroristas – como o ataque ao território israelense e a prática de seqüestros – seu reconhecimento como um ator político legítimo fica fortemente comprometido. Devido ao fato de a utilização legítima da força ser reconhecida internacionalmente como prerrogativa do Estado, o uso do terrorismo por parte do Hamas ou outras

organizações não-estatais deve ser imediatamente rechaçada, sob o risco de validar práticas que comprometeriam a própria organização do sistema internacional. Dessa maneira, Israel dificilmente aceitaria negociar com estas organizações, como ficou demonstrado em sua negação em aceitar a troca de prisioneiros palestinos pelo soldado seqüestrado.

A desconfiança do governo palestino quanto à disposição de Israel em negociar estaria ligada ao segundo aspecto apresentado por Saunders: o julgamento se a balança de poder permite o estabelecimento de um acordo justo. Características como a legitimidade adquirida por Israel em relação aos outros Estados, a propriedade de um aparato governamental organizado e capaz de fazer frente a ameaças (como apresentada por grupos radicais palestinos), o controle sobre recursos hídricos, dentre outras, garantem grande assimetria entre os atores na negociação, no caso Israel e grupos palestinos. Uma negociação a partir desse contexto permitiria a Israel atingir grande parte de seus interesses sem necessitar preocupar-se em atender demandas do governo palestino.

Vale a pena ressaltar a noção de inimigo para Alexander Wendt, teórico de relações internacionais. Segundo Wendt, um inimigo não reconhece o direito à existência livre do oponente, assumindo, logo, uma posição revisionista. Em consequência disso, a violência entre inimigos não teria estrangimentos internos. Os possíveis limites que poderiam existir seriam advindos da insuficiência de recursos (como no caso dos palestinos quando comparados a Israel) ou da existência de estrangimentos externos (repúdio da comunidade internacional ou interferência de um mediador influente, como os Estados Unidos).

A percepção dos palestinos em relação aos israelenses é resultado da desconsideração

de uma população árabe no momento do estabelecimento do Estado de Israel, a demonstração de poder por parte de Israel e a intenção do último em controlar recursos hídricos [ver [Palestina e Israel: Acordos de Oslo, Camp David II e Mapa da Paz](#)]. Logo, várias organizações palestinas adotaram uma postura de negação do Estado Israelense, assim como alguns países árabes da região, como o Egito, a Jordânia, a Síria e o Irã. Resultados dessa postura vieram das investidas que visavam “revisar a existência livre” de Israel, como a Guerra dos Seis Dias, investidas essas ainda praticadas na forma de atos terroristas por parte do Hamas, por exemplo.

No caso dos israelenses, devido à resistência quanto à aceitação por parte dos palestinos da criação de Israel, estes se sentiriam constantemente ameaçados. Os israelenses, mais especificamente judeus sionistas, alegam também o retorno à região da qual teriam sido expulsos com a dominação romana e, mais tarde turco-otomana; o que, para os palestinos, não validaria a criação do Estado em detrimento dos árabes que viviam na região.

Percebe-se, portanto, a dificuldade de negociação ente o governo israelense e a Autoridade Palestina. Ambos os lados apresentam resistência em reconhecer ao outro como um ator legítimo, fazendo com que o estabelecimento de uma solução fique comprometido. A prática de atos terroristas por parte dos palestinos e a arbitrariedade da criação do Estado de Israel são os aspectos principais da disputa que, atualmente, escalou até a presente situação de crise.

Em um horizonte próximo, os meios eficientes para se atingir uma solução seriam, primeiramente, a alteração das ações dos atores uns em relação aos outros. Sendo a percepção do outro como inimigo um resultado do comportamento desse, demonstrações de boa-vontade para negociar trariam grande incentivo a

amenização do conflito e possível solução para a crise. Em segundo lugar, atores externos que pudessem, de uma forma neutra, equilibrar a balança de poder na região também auxiliariam na busca por uma solução.

Referência

SAUNDERS, Harold. **We Need a Larger Theory of Negotiation: The Importance of Pre-Negotiation Phases.** In: J. William Breslin and Jeffery Z. Rubin (Org.) *Negotiation Theory and Practice.* Cambridge: The Program on Negotiation at Harvard Law School, 1991. p. 57-70.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics.** Cambridge: Cambridge University, 1999.

Sites:

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

International Herald Tribune

<http://www.ihf.com/>

Ver também:

27/04/2004 - [Palestina e Israel: Acordos de Oslo, Camp David II e Mapa da Paz](#)

16/02/2005 - [Hamás](#)

Rússia e o gás natural: um importante instrumento de política externa

Análise
Segurança / Integração Regional / Economia e Comércio

Sílvia Helena Guilherme Canêdo
29 de junho de 2006

A crise energética entre Rússia e Ucrânia, estabelecida a partir da disputa pelo aumento dos preços do gás natural russo, demonstrou importante tentativa de Moscou de restabelecer sua esfera de influência na região. Tal controvérsia teve conseqüências para os demais países do continente, importadores do produto russo, e evidenciou as possibilidades de barganha da Ucrânia para com o país vizinho.

Em janeiro de 2006, Rússia e Ucrânia travaram uma disputa em torno da distribuição e venda de gás natural russo na Europa. Logo no dia 1º de janeiro, a Rússia suspendeu o fornecimento de gás para o país vizinho, provocando interrupções e diminuições na entrega de gás para demais países da Europa.

A razão da controvérsia estava relacionada ao preço do gás comercializado para a Ucrânia. O governo russo alegou que não poderia mais subsidiar o preço do gás para o vizinho, sendo necessário o aumento dos preços do produto de US\$ 50 para US\$ 230 por 1000 metros cúbicos.

O governo ucraniano - que importa da Rússia cerca de 30% do total do seu consumo - admitiu o aumento. Contudo, alegou que só poderia aceitá-lo caso este ocorresse de forma gradual e se aproximasse dos preços praticados no mercado internacional, devendo ficar em torno de US\$ 80.

A empresa estatal russa Gazprom controla cerca de um terço das reservas mundiais de gás, sendo responsável pela exploração, venda e distribuição de gás

natural russo para a Europa. A empresa fornece 25% do gás natural consumido pela Europa Ocidental, sendo que a maior parte desse gás é distribuída pelos gasodutos que passam por território ucraniano.

Diante da crise, vários países da Europa tiveram problemas no recebimento de gás, o que levou o governo russo a acusar a Ucrânia de estar retendo o gás destinado para os demais países, acusação posteriormente confirmada por oficiais ucranianos.

A controvérsia foi temporariamente resolvida com o estabelecimento de um acordo que deveria durar cerca de cinco anos. Segundo o acordo, os dois países concordariam que a empresa energética russa Gazprom vendesse gás para uma *trading company*, a RosUkrEnergó, pelo preço de US\$ 230 por 1000 metros cúbico, como queria a Rússia. A Ucrânia compraria o gás da intermediária por US\$ 95. Segundo a Gazprom, essa diferença no preço de compra e venda da RosUkrEnergó poderia ser praticada já que a empresa paga preços mais baixos pelo fornecimento de gás de países da Ásia Central.



Apesar da aparente resolução da controvérsia, os problemas no fornecimento de gás para os países da Europa Ocidental teriam gerado uma perda de confiança com relação à indústria de gás russa, levando os governos desses países a buscar fontes alternativas de fornecimento. Além disso, existiriam fortes evidências de que o governo russo estivesse usando a questão energética com a Ucrânia como instrumento de política externa.

Diante da crise, o governo ucraniano alegou que Moscou estaria usando de seu amplo recurso energético como arma política. Segundo Kiev, a Rússia estaria tentando punir a Ucrânia em função da tentativa da mesma de entrar em organizações ocidentais, tais como a União Européia (UE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Além disso, importante fator desencadeador da crise entre os dois países seria a própria vitória do candidato ucraniano pró-ocidental, Viktor Yushchenko, nas eleições presidenciais de 2004. [ver: [Ucrânia: Entre a Rússia e o Ocidente](#)]

Segundo analistas, o governo de Vladimir Putin seria marcado por uma política externa assertiva, que busca o restabelecimento da influência que a Rússia exercera sobre as ex-repúblicas soviéticas e que foi perdido com o colapso da União Soviética em 1991.

Diferentemente de outras ex-repúblicas soviéticas - que experimentaram aumentos de preço do gás e mesmo a interferência de Moscou em suas eleições nacionais - a Ucrânia estaria em posição privilegiada em termos de disputas com a Rússia. Isso ocorre em parte em função da imensa malha de gasodutos que a Ucrânia possui, e da qual a Rússia é dependente para a distribuição de seu produto na Europa. Cerca de 80% da exportação de gás natural russo para a Europa Ocidental seria distribuída através dos gasodutos em território ucraniano.

Isso implica que, se a Ucrânia é dependente do fornecimento de gás russo para o suprimento de seu consumo interno, a Rússia é dependente da Ucrânia para a distribuição do seu produto na Europa. Além disso, se a Ucrânia é refém de aumentos de preço de gás por parte da Rússia, a Rússia está em posição similar diante de eventuais determinações de Kiev com relação à aumentos das taxas de trânsito que a Gazprom paga para distribuir seu produto no resto do continente europeu.

Isso explicaria as motivações da Gazprom para a construção de um gasoduto alternativo, a ser construído no Mar Báltico e com suporte financeiro da Alemanha, tendo em vista que assim a empresa teria acesso direto aos seus compradores na Europa Ocidental.

Contudo, mesmo com o término da construção deste gasoduto, o que deve ocorrer em 2010, a Gazprom ainda assim dependeria da Ucrânia para sua distribuição de gás, já que não poderá acomodar toda sua distribuição em uma única rota. Ou seja, a empresa diminuiria sua dependência, mas não a eliminaria.

Outro fator que diferenciaria a Ucrânia das demais ex-repúblicas soviéticas é sua relativa capacidade econômica. No período soviético, a Ucrânia era a segunda maior contribuidora em termos econômicos, ficando atrás somente da Rússia. O país é ainda rico em minério de ferro, alumínio, metais e aço, possuindo uma substancial indústria de armamentos, o que caracteriza como importante pólo de poder no Leste Europeu.

Referência

Sites:

International Herald Tribune

<http://www.iht.com/>

Moscow News

<http://www.mosnews.com/>

RIA Novosti

<http://www.en.rian.ru/>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk/>

Ver também:

15/06/2006 - [Avanços na segurança energética europeia](#)

03/03/2005 - [Rússia: a política após a questão ucraniana](#)

18/02/2005 - [Rússia e a redefinição do Leste europeu](#)

02/12/2004 - [Ucrânia: entre a Rússia e o Ocidente](#)

A crise em Darfur estende-se ao Chade

Resenha
Segurança / Desenvolvimento

Wesley Robert Pereira
26 de junho de 2006

A crise humanitária em Darfur, no Sudão, intensifica suas implicações na vizinhança, sobretudo no Chade. Acordos de paz e resoluções do Conselho de Segurança foram incapazes de controlar a crise que já dura três anos. Os dois lados da disputa, governo sudanês e grupos armados de Darfur, mantêm-se resistentes a vários pontos dos acordos assinados.

quadro de instabilidade na região de Darfur se mantém o mesmo após vários acordos de paz entre o governo e os grupos armados [ver seção mapas [Sudão - região de Darfur](#)]. A crise teve início em fevereiro de 2003, quando grupos armados de Darfur atacaram instituições governamentais com o intuito de chamar a atenção do governo do Sudão em favor de políticas de desenvolvimento para a região. Porém, a resposta do governo foi por meio do uso da força contra esses grupos armados, o que veio a desencadear, nas palavras do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, "a pior crise humanitária", em 2004 [[O Conflito em Darfur e as Novas Implicações Políticas](#)].

A insegurança na região sudanesa de Darfur suscita discussões sobre sua fronteira com o Chade e os grupos armados dos dois países. Segundo o Relatório do *International Crisis Group* (Africa Report, Nº 105), os campos de batalhas estendem-se para dentro do Chade. Além disso, a dinâmica dos grupos armados do Chade e do Sudão nessa região pode levar a uma guerra entre os dois Estados [ver [O Conflito em](#)

[Darfur e as Novas Implicações Políticas; Sudão chama a atenção do Sistema ONU](#)].

Segundo o *Policy Briefing International Crisis Group* (Africa Briefing, Nº 39), na fronteira entre o Chade e o Sudão, - a região de Darfur, - há numerosos grupos armados do Chade sendo apoiados pelo governo de Cartum (capital do Sudão), enquanto as autoridades do governo chadiano dão apoio logístico e material ao Exército de Libertação do Sudão (SLA, sigla em Inglês) e ao Movimento de Justiça e Equidade (JEM, sigla em inglês), grupos armados opostos ao governo sudanês.

Para tentar minimizar o atrito provocado por essa situação de crise e desordem na região foi estabelecido um acordo de paz assinado em Trípoli (capital da Líbia), em fevereiro de 2006, o qual solicitava ao governo do Sudão que expulsasse grupos armados chadianos e requeria a ambos os países o trabalho conjunto para o desarmamento dos grupos armados e sua expulsão de seus territórios. Contudo, esse mecanismo do acordo de Trípoli se fez ineficiente com o ataque a N'djanema em abril último por um grupo chadiano.

Pode-se dizer que dois são os problemas

principais na resolução da crise humanitária de Darfur: a falta de empenho do governo do Sudão em criar condições para a resolução da crise e a ineficiência da missão de paz da UA na região.

O presidente do Sudão, Omer Hassan Ahmed Al-Bashir, desde o início da crise [ver [Darfur e o Conflito no Sudão](#)], manteve-se reticente com relação à resolução do problema. Em sua visão, a entrada de tropas de paz da ONU em Darfur seria uma forma de (re)colonização da África e “organizações judaicas” estariam por trás dessa estratégia. Para Al-Bashir, isso significaria um desrespeito à soberania do país pois constituiria um ato de invasão. O governo sudanês prefere dar maior suporte às tropas de paz (UA) já estabelecidas em Darfur, do que o envio de tropas para região.

Em outubro de 2005, a UA requisitou à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) treinamento de suas tropas de paz. Ou seja, solicitou o transporte das tropas de paz da UA via aérea para Darfur. Porém, a eficiência das ações da Missão da União Africana no Sudão (AMIS, sigla em inglês) são questionadas. Relatórios do *International Crisis Group* afirmam que a ineficiência da missão poderia comprometer o processo de paz na região.

O Sudão, maior país em extensão territorial da África, possui uma clara distinção histórica entre o Norte, com predominância árabe e muçulmana, e o Sul, animista¹ e cristão. O país esteve sob conflito civil entre essas duas regiões por mais de 21 anos, findado por um processo de paz concluído em 2005. Nos anos 1990, o governo sudanês porporcionou apoio territorial a grupos rebeldes de países vizinhos como Eritreia, Etiópia e Uganda e a grupos islâmicos do Oriente Médio.

¹ Animistas são os adeptos de “crenças em forças sobrenaturais, impessoais, que estariam presentes em objetos naturais” (NETTO, 1986, p. 49).

Estes três países africanos, em contrapartida, ofertaram apoio aos grupos armados do Sul sudanês contra o governo de Cartum.

Além desses percalços da década de 1990, a crise humanitária em Darfur coloca para o regime sudanês problemas com o vizinho do oeste, o Chade, e com as agências da ONU, sobretudo o Conselho de Segurança (CS). As resoluções do CS têm se mostrado pouco efetivas na contenção da crise, tanto por parte do governo quanto por parte dos grupos armados em Darfur. A Missão de Paz das Nações Unidas para o Sudão (UNMIS, sigla em inglês) ainda não conseguiu impôr-se em Darfur deixando a situação ainda sob o controle da UA via AMIS. Essa discussão acerca do controle do mandato sobre a região voltará a ser discutida em setembro de 2006 entre a UA (AMIS) e a ONU (UNMIS) [ver [O Conflito em Darfur e as Novas Implicações Políticas](#)].

Outra questão é a quantidade de refugiados, por causa da crise, estabelecidos no Chade. São mais de 600 mil desde fevereiro de 2003, mas com um agravante atual: grupos armados do Chade utilizam a região de Darfur para a articulação de ataques ao seu governo. A falta de instituições promotoras da ordem e da paz torna a região propícia à articulação de grupos armados tanto do Chade quanto do Sudão.

Referência

CRISIS GROUP INTERNATIONAL - To Save Darfur: africa Report N° 105. 17 de março de 2006.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Dicionário de ciências sociais. Rio de Janeiro: FGV, Instituto de Documentação, 1986.

Policy Briefing do International Crisis

Group. Darfu's Fragile Peace Agreement: africa Briefing N° 39. 20 de junho de 2006.

Sites:

Conselho de Segurança da ONU

<http://www.un.org/Docs/sc/>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk/>

Departamento de Estado dos EUA

<http://www.state.gov>

The World Factbook

<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/index.html>

Ver também:

15/07/2004 - [Darfur e o conflito no Sudão](#)

20/09/2004 - [Sudão chama a atenção do Sistema ONU](#)

25/11/2004 - [Desenvolvimento e Conflitos](#)

17/05/2006 - [O conflito em Darfur e as novas implicações políticas](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Cândida Cavanelas Mares; Igor Andrade Vidal Barbosa; Jéssica Naime; Júlia Drummond Caiado; Rafaella Arruda Melo Pereira; Raphael Rezende Esteves; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

